



POLÍTICA
 ericofirmo@opovo.com.br
O fator decisivo

Érico Firmo
 Jornalista, editor-executivo do núcleo de Cotidiano do O POVO

O jornalista escreve esta coluna de **Terça a Sábado**

Segundo informações que vazaram da reunião do conselho consultivo da presidência do PT, na segunda-feira, o ex-presidente Lula considera que o destino do governo está atrelado à economia. Se não houver sinais de recuperação até a metade do ano, não haverá apoio popular para o presidente Dilma Rousseff (PT) nem para o PT - isso em meio às eleições municipais.

A avaliação atribuída a Lula é tão acertada quanto óbvia. O ex-presidente presta depoimento hoje sobre as denúncias de que é alvo. O processo do impeachment deverá ser retomado. A pressão vai aumentar. Mas, o fator mais determinante para a estabilidade ou instabilidade política será mesmo o reflexo na vida das pessoas.

Na reunião, Lula disse temer que o prolongamento da crise econômica possa fazer com que indicadores sociais, que melhoraram ao longo de seu governo, recuem ao nível do que havia no governo Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Assim, na opinião do ex-presidente, o povo não irá fazer a defesa do governo e do PT. É uma leitura otimista. O problema não será a ausência de apoio. Haverá mobilização contra, isso sim.

A pior notícia para o governo, num enredo em que não há notícia boa, é que os sinais da economia não apontam melhora próxima. Ou seja, tudo indica que haverá muitas emoções políticas pela frente.

GOVERNO PARA DE DIVULGAR DADOS DE APREENSÕES EM PRESÍDIOS

No início do mês, o governador Camilo Santana (PT) disse que o Ceará é o estado mais transparente do Brasil em relação às estatísticas de criminalidade. "Eu desafio ter um estado no Brasil que seja mais transparente. Pode ter igual, mas mais do que o Ceará não existe um estado, neste País, mais transparente com os dados da segurança pública. E nós queremos trabalhar isso com seriedade, sem esconder nada da população do Estado do Ceará. Chamando ela pra ser parceira. Só assim vamos melhorar o problema da violência e da segurança pública".

Realmente, de 2013 para cá, houve avanço gigantesco na divulgação dos dados. Há muito mais rigor no Ceará do que na maioria dos outros estados. Porém, em alguns campos, há retrocessos. Por orientação da Coordenadoria de Inteligência, a Secretaria da Justiça não divulga mais números sobre apreensões de armas, drogas e aparelhos celulares nos presídios. O argumento é de questão de segurança.

A mudança é novidade. Em 2012, quando nem havia essa propalada transparência, o governo alardeava esses dados (leia acessando este link: <http://bit.ly/presidiosce1>). Em 2013, ostentava o maior número de apreensões do País (leia neste link: <http://bit.ly/presidiosce2>). Já no governo Camilo Santana (PT), no ano passado, os dados também eram divulgados (leia neste link: <http://bit.ly/presidiosce3>). Vai que, de lá para cá, alguém descobriu que essas informações favoreciam os criminosos. Que talvez ficassem sabendo pelos jornais sobre os itens que eram tomados deles próprios...

Melhor que seja isso que, eventualmente, dados desfavoráveis estejam sendo ocultados.

DORIVAN MARINHO/SCO/STF



A DECISÃO POLÍTICA SOBRE OS PROCESSOS CONTRA OS GOVERNADORES

O Supremo Tribunal Federal (STF) deve decidir em breve se governadores podem ser julgados sem autorização das assembleias legislativas. Hoje, os parlamentares têm poder de barrar qualquer ação sobre o chefe de Poder Executivo estadual.

Anos atrás, já defendi que tal decisão não deveria caber aos poderes legislativos. Pela natureza das assembleias, as decisões costumam se resumir à política. Pouco importa a acusação. Se o governador tiver maioria, ação alguma contra ele irá prosperar. Porém, se a oposição for majoritária, a denúncia mais sem pé nem cabeça periga ser acatada. Pela forma de quem tem a máquina, a primeira hipótese é muito mais recorrente que a segunda.

Anos atrás, ocorreu coisa curiosa no Ceará. O então ministro dos Transportes, Alfredo Nascimento, quis processar o governador Cid Gomes, que o chamara de "inepto, incompetente e desonesto", entre outras gentilezas. A Assembleia negou. Mas, o engraçado foi que o próprio Cid pediu para o processo ser autorizado. Falou que queria prestar esclarecimentos perante a Justiça e provar o que disse. Não adiantou. A base governista pouco ligou para a vontade de Cid e, coisa inédita nos oito anos de governo, contrariou sua vontade.

Vale registrar: pouco depois, Nascimento foi demitido do ministério por denúncias de corrupção. Hoje, é ele quem responde a inquérito no STF. (Colaborou Thiago Paiva)

Câmara. Vereadores criticam a Coelce

Enfrentando uma CPI na Câmara Municipal de Fortaleza, companhia energética que presta serviços no Ceará teve sua concessão questionada

Wagner Mendes
 wagnermendes@opovo.com.br

Parlamentares da Câmara Municipal de Fortaleza (CMF) e da Assembleia Legislativa do Ceará (AL-CE) usaram as tribunas das casas legislativas ontem para criticar os serviços prestados pela Companhia Energética do Ceará (Coelce) no Estado.

O vereador Deodato Ramalho (PT), que preside uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) de investigação da empresa, denunciou "irregularidades" após visita realizada pela comissão a um terreno onde a empresa faria descartes de materiais.

De acordo com o parlamentar, o serviço é executado sem os materiais de proteção. O valor pago por poste descartado também seria baixo - apenas R\$ 10 por poste. Deodato afirma ainda que o material encontrado no terreno está gerando uma degradação da área nas proximidades de um córrego, no município de Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza.

"Tem um monte de caixas (descartadas no terreno) que favorecem a criação de mosquito Aedes aegypti. Do ponto de vista ambiental e das relações de trabalho, é um caso gravíssimo, um absurdo", disse o presidente da CPI.

Na ALCE, o tema foi levantado pelo deputado Roberto Mesquita (PV), que chegou a acusar a empresa de "assaltar os cearenses". "Não há cidade ou empresa que não tenha dificuldade com essa Coelce. Não há



Vereador Deodato Ramalho preside CPI que investiga serviços prestados pela Coelce. Entre irregularidades, descarte de material

sequer um segmento econômico que não tenha dificuldade. São regras que só servem para ela, só para o seu próprio bolso", questionou. As críticas receberam apoio de outros parlamentares.

"Já foi constatado que a Coelce cobrou a mais do consumidor cearense (na conta de energia). Cálculos errados e sem suporte legal", acusou o deputado Carlos Matos (PSDB). Para o deputado Ely Aguiar (PSDC), a companhia "é uma empresa extremamente desonesta e que cobra taxas indevidas".

"Nós temos que discutir a própria concessão. Não é um serviço que não tem quem queira, não. Muito pelo contrário, é um serviço que tem várias empresas no mundo querendo", completou Audic Mota (PMDB).

Líder do governo, o deputado Evandro Leitão (PDT) afirmou que o presidente

da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados do Estado do Ceará (Arce), Adriano Costa, está disposto a ouvir críticas e reclamações dos parlamentares. Segundo ele, na próxima semana o presidente da agência irá se reunir com a Coelce para discutir as demandas.

Companhia

Por meio de nota, a Coelce afirmou que enviou todas as informações solicitadas pela CPI na Câmara. A companhia garante que empresa terceirizada contratada para o descarte do material também se encarrega de coleta, transporte e reciclagem.

"A Coelce acrescenta que compareceu ao local e constatou a presença de postes quebrados. Por se tratar de resíduos inertes (ferro e cimento), não causam contaminação ao solo", finaliza a nota.

EVILÁZIO BEZERRA

Saiba mais

Deodato Ramalho (PT) afirmou que a situação será repassada para os Ministérios Público do Estado e do Trabalho, além de acionar a Secretaria de Meio Ambiente do Estado.

O vereador pediu a interdição do local e disse que a comissão visitará outros dois locais na Capital que também recebem esses resíduos.

O vereador José do Carlo (PSL) sugeriu que a CPI da Coelce repasse as denúncias à Câmara Municipal de Maracanaú, para que os parlamentares possam acionar os órgãos fiscalizadores da cidade.

A Coelce obteve em 2015 uma receita bruta de R\$ 6,3 bilhões, superando os R\$ 4,6 bilhões registrados em 2014. Já no lucro líquido, a companhia alcançou R\$ 363 milhões no ano passado, superando os R\$ 251,5 milhões registrados em 2014.

A empresa apresentou piora na qualidade dos serviços prestados, apesar de ter sido eleita como melhor distribuidora do Brasil pela Associação Brasileira das Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee).

A CPI foi instalada em setembro de 2015 na CMF.

ELIO GASPARI

Saudades de Antonin Scalia

Esta Coluna é publicada às **Quartas e Domingos**

Em 1953 o juiz Felix Frankfurter, da Suprema Corte dos Estados Unidos, voltava do funeral do presidente do tribunal, Fred Vinson, fulminado por um ataque cardíaco, e disse a um jovem advogado: "Esta foi a primeira prova que tive da existência de Deus".

Estava na agenda da Corte a decisão sobre a discriminação racial nas escolas. O presidente Eisenhower nomeou Earl Warren para o lugar, e ele marcou a história do país. A segregação foi derrubada.

O comentário de Frankfurter aplica-se à morte repentina do juiz Antonin Scalia. O líder de uma revolução no pensamento jurídico americano voga a cadêira no último ano de um presidente democrata, permitindo-lhe reequilibrar uma Suprema Corte que, com sua ajuda, tornou-se mais conservadora.

Scalia morreu aos 79 anos. Fará falta porque não é todo dia que aparecem pessoas cultas, inteligentes, corajosas e bem-humoradas como ele. Basta lembrar sua condenação à lei que determina a divulgação de velhos documentos secretos: "É o Taj Mahal da Doutrina do Desprezo pelas Consequências, a Capela Sistina da desatenção pela análise de custos e benefícios".

"Nino", como era chamado pelos colegas, foi um católico fervoroso (nove filhos) e um conservador nos anos 60, quando quase todo mundo achava que era de esquerda. Fora ser rígido nos costumes, seu ponto era simples: a Constituição americana deve ser lida e cumprida, não deve ser interpretada pelo Judiciário. Quando Scalia começou a dizer isso, parecia um troglodita. Passou o tempo, a Suprema Corte mudou de composição e hoje parece-se mais com ele do que com a de Earl Warren. Nem se pode dizer que ele estivesse na extrema-

scalia ficou 29 anos na Suprema Corte. Seu temperamento levou-o a perder amigos na banda conservadora. A republicana Sandra O'Connor, por exemplo, tomou horror a ele. Surpreendentemente, fazia-os entre os liberais. Ruth Bader Ginsburg, a rainha da bancada, com quem ele ia à ópera e montou num elefante na Índia, explicou: "Eu gosto dele, mas às vezes gostaria de estrangulá-lo." (Quando ela cochilou durante um discurso de Obama, ele lhe disse: "Foi a coisa mais inteligente que você fez." A senhora tinha tomado um copo a mais.) Ele pertenceu a uma cepa de homens públicos comuns nos Estados Unidos, porém rara no Brasil: aqueles que estão sempre na mesma posição fundamental.

direita do tribunal, pois esse lugar é ocupado por Clarence Thomas, acumulando a primazia do extremismo com a da mediocridade.

Antonin Scalia ficou 29 anos na Suprema Corte. Seu temperamento levou-o a perder amigos na banda conservadora. A republicana Sandra O'Connor, por exemplo, tomou horror a ele. Surpreendentemente, fazia-os entre os liberais. Ruth Bader Ginsburg, a rainha da bancada, com quem ele ia à ópera e montou num elefante na Índia, explicou: "Eu gosto dele, mas às vezes gostaria de estrangulá-lo." (Quando ela cochilou durante um discurso de Obama, ele lhe disse: "Foi a coisa mais inteligente que você fez." A senhora tinha tomado um copo a mais.) Ele pertenceu a uma cepa de homens públicos comuns nos Estados Unidos, porém rara no Brasil: aqueles que estão sempre na mesma posição fundamental.

Scalia não entendia como os brasileiros diziam que algo podia ser legal, mas não era legitimado. Parecia-lhe conversa de papagaio. Quando lhe explicaram que em Pindorama houvera uma coisa chamada Ato Institucional, cujas consequências não podiam ser submetidas à apreciação judicial, espantou-se e mudou de assunto.

Passou o tempo, e, em Curitiba, um procurador disse que não seria conveniente confrontar dois depoentes que diziam coisas conflitantes, pois isso seria mexer em "bosta seca". Num caso em que defendia o direito de um acusado ser confrontado com a testemunha, Scalia ensinou:

"**Dispensar** o confronto porque o testemunho é obviamente confiável é o mesmo que dispensar um júri porque o réu é obviamente culpado".